

**A. I. Nº** - 017241.0004/16-6  
**AUTUADO** - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS SUPER IRMÃOS LTDA. (CASA SÃO JOSÉ)  
**AUTUANTE** - JACKSON DAVI SILVA  
**ORIGEM** - INFAZ SERRINHA  
**PUBLICAÇÃO** - INTERNET: 07/06/2017

### **1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF Nº 0072-01/17**

**EMENTA: ICMS. 1. RECOLHIMENTO A MENOS. DESENCONTRO ENTRE O VALOR RECOLHIDO E O ESCRITURADO. Infração não impugnada. 2. FALTA DE RECOLHIMENTO. a) DMA. IMPOSTO DECLARADO. O autuado comprovou respectivo pagamento através "débito declarado" nº 8500002880/16-0. Infração descaracterizada. b) OMISSÃO DE SAÍDA. PRESUNÇÃO. PAGAMENTO NÃO REGISTRADOS. Infração não impugnada. 3. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE RECOLHIMENTO. a) IMPOSTO RETIDO. OPERAÇÕES INTERNAS SUBSEQUENTES. b) ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. b.1) FALTA DE RECOLHIMENTO. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL. SUJEITO PASSIVO POR SUBSTITUIÇÃO. b.2) RECOLHIMENTO A MENOS. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL. SUJEITO PASSIVO POR SUBSTITUIÇÃO. Infrações não impugnadas. 4. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS INTERESTADUAL. COMERCIALIZAÇÃO. NÃO ENQUADRADAS NO REGIME ST. a) FALTA DE RECOLHIMENTO. b) RECOLHIMENTO MENOR. Infrações não impugnadas. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.**

### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 15/06/2016, exige crédito tributário de ICMS, no valor total de R\$29.711,69, em razão das seguintes irregularidades:

**INFRAÇÃO 1** - Recolheu a menor ICMS em decorrência de desencontro entre o valor do imposto recolhido e o escriturado na apuração do imposto. Períodos: fevereiro e abril de 2014. Valor R\$68,40. Multa de 60%.

**INFRAÇÃO 2** - Deixou de recolher nos prazos regulamentares o imposto declarado na DMA. Períodos: fevereiro, março e novembro de 2015. Valor R\$19.940,55. Multa de 50%.

**INFRAÇÃO 3** - Omissão de saída de mercadorias tributáveis apurada através de pagamento não registrados. Períodos: janeiro/setembro de 2013; janeiro/setembro, novembro/dezembro de 2014; janeiro, março/setembro, novembro e dezembro de 2015. Valor R\$4.460,69. Multa de 100%.

**INFRAÇÃO 4** - Deixou de proceder ao recolhimento de ICMS retido, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações subsequentes, nas vendas realizadas para contribuintes localizados no Estado da Bahia. Períodos: março, abril, julho, agosto e outubro de 2014; abril, maio, julho, setembro, outubro e dezembro de 2015. Valor R\$929,03. Multa de 150%.

**INFRAÇÃO 5** - Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação parcial, referentes às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, adquiridas para fins de comercialização. Períodos: novembro/dezembro de 2013; fevereiro/abril, junho/agosto, outubro e dezembro de 2014; março, maio, setembro, outubro e dezembro de 2015. Valor R\$2.750,96. Multa de 60%.

INFRAÇÃO 6 - Recolheu a menor o ICMS antecipação parcial, referentes às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, adquiridas para fins de comercialização. Períodos: fevereiro de 2013; janeiro de 2014. Valor R\$513,20. Multa de 60%.

INFRAÇÃO 7 - Deixou de efetuar o recolhimento de ICMS, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação. Períodos: janeiro, junho e setembro de 2013; fevereiro e março de 2014. Valor R\$802,58. Multa de 60%.

INFRAÇÃO 7 - Efetuou o recolhimento a menor de ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação. Período: abril de 2013. Valor R\$246,28. Multa de 60%.

O sujeito passivo apresentou defesa (fls. 124/125), através do seu representante legal, impugnando tão somente a infração 2, aduzindo que a mesma é improcedente, porque a mesma já foi objeto de débito declarado que gerou o PAF número 8500002880/16-0, lavrado em 15/06/2016 e posteriormente parcelado, tendo, inclusive, pago a primeira parcela em 26/08/2016, conforme o extrato de parcelamento e comprovante de pagamentos, conforme os DOCs. 01 e 02.

Diz que não pode vigor a cobrança de um mesmo débito em dois processos administrativos; solicita, por isso, a exclusão da infração 2 do referido auto.

O Auditor Fiscal presta Informação Fiscal (fl. 138), admitindo o acerto da reclamação defensiva com relação à infração 2, sublinhando, inclusive, a cópia da débito declarado, à fl. 132. Concluiu que o direito assiste ao autuado; que a aludida exigência é equivocada, devendo ser cancelada e excluída do presente Auto de Infração.

A Coordenação Administrativa do CONSEF diz que a defesa do contribuinte foi apresentada intempestivamente, considerando que teria sido protocolizada no prazo superior a 60 dias, de acordo com o art. 123, RPAF. Diz que a ciência do Auto de Infração foi dada ao contribuinte autuado, no dia 06.07.2016 e a defesa apresentada somente em 12.09.2016.

O autuado volta a intervir nos autos, contestando o apontamento da intempestividade da defesa apresentada, uma vez que protocolou sua impugnação em 12.09.2016 e a ciência acerca dos autos ocorreu em 14.07.2016 e não em 06.07.2016, conforme alegado.

## VOTO

Versa o presente Auto de Infração sobre o lançamento de créditos tributários no valor global de R\$29.711,69, fundado nas 8 infrações descritas e narradas na inicial dos autos.

O sujeito passivo impugnou tão somente a infração 2, que será apreciada no momento seguinte, estando, pois, as demais infrações, reconhecidas tacitamente pelo autuado; sendo, assim, caracterizadas e excluídas da lide.

No que tange à infração 2, o questionamento defensivo fundamenta que a exigência do ICMS, declarado na DMA - declaração e Apuração Mensal do ICMS, não foi recolhida, nos prazos regulamentares, no total de Valor R\$19.940,55.

A defesa apresentada pelo autuado em face a essa infração 2 foi considerada intempestiva (fl. 142), situação prontamente corrigida pelo autuado, que provou ter obedecido o prazo de 60 dias, estabelecido no art. 123, RPAF BA (Decreto nº 7.629/99), considerando que tomou ciência do Auto de Infração somente em 14.07.2016, conforme consta no Extrato do SIGAT (fl. 146-v) e não no dia 06.07.2016, como consta no documento do SEDEX (fl. 140).

O autuado logrou provar que os valores exigidos na infração 2 foram integralmente incluídos no "Débito Declarado" 8500002880/16-0, no total de R\$19.940,55, lavrado em 15.06.2016, na mesma data do presente Auto de Infração, estando, inclusive, em parcelamento, a teor do art. 155-A, do CTN.

Infração 2 é improcedente.

Diante do exposto, o Auto de Infração resta PROCEDENTE EM PARTE, de acordo com a quadro abaixo construído:

Infração	Resultado	Valor Auto Infração	Valor Julgamento	Multa
01	Reconhecido	68,40	68,40	60%
02	Improcedente	19.940,55	0,00	-----
03	Reconhecido	4.460,69	4.460,69	100%
04	Reconhecido	929,03	929,03	150%
05	Reconhecido	2.750,96	2.750,96	60%
06	Reconhecido	513,20	513,20	60%
07	Reconhecido	802,58	802,58	60%
08	Reconhecido	246,28	246,28	60%
<b>TOTAL</b>		<b>29.711,69</b>	<b>9.771,14</b>	

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **017241.0004/16-6**, lavrado contra **DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS SUPER IRMÃOS LTDA. (CASA SÃO JOSÉ)**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$9.771,14**, acrescido das multas 60% sobre R\$4.381,42, 100% sobre R\$4.460,69 e 150% sobre R\$929,03, previstas no art. 42, incisos II, alíneas "b" e "d", III e V, "a", da Lei nº 7014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 02 de maio de 2017.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO – RELATOR

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ - JULGADOR